

Novas configurações discursivas no jornalismo: narrativas digitais nas favelas do Rio de Janeiro

Alice Baroni & Leonel Aguiar & Felipe Rodrigues

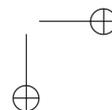
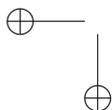
Queensland University of Technology, Australia & Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brazil & Universidade Estadual de Campinas, Brazil

E-mail: m.limabaroni@qut.edu.au, leonelaguiar@puc-rio.br, far.jornal@uol.com.br

O principal objetivo desse artigo é apresentar os resultados parciais de uma pesquisa em andamento sobre o processo de produção de conteúdo do portal Viva Favela, um dos projetos sociais realizados pela organização não-governamental Viva Rio. Partindo de uma abordagem conceitual que discute os modos pelos quais a mídia alternativa e o jornalismo público/jornalismo cívico criam as condições de possibilidade para que uma determinada prática jornalística dê ‘voz’ e ‘empodere’ (*empower*) moradores de periferias e favelas brasileiras, estamos realizando um estudo das rotinas produtivas do Viva Favela e seus ‘correspondentes comunitários’. O conceito sobre *voice*, de Jo Tacchi, oferece-nos um embasamento teórico adequado para refletirmos sobre o que vem sendo denominado, nos Estados Unidos, de *digital storytelling* – as narrativas digitais produzidas com as tecnologias de informação e comunicação para “contar estórias”¹, que são criativamente apropriadas, no Brasil, por moradores das favelas e periferias das regiões metropolitanas.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apesar da queda dos níveis de desigualdade no Brasil desde 2001, o país continua a fazer parte da lista dos países de maior desigualdade econômica no mundo (BARROS; CARVALHO; FRANCO; MENDONÇA, 2007, p. 22-23). O relatório das Nações Unidas apontou que aproximadamente um terço dos 10 milhões de habitantes da cidade do Rio de Janeiro vive em favelas. Somente a Rocinha abriga entre 100 mil a 150 mil moradores (UN-HABITAT, 2008, p. 14). A taxa de homicídio e crimes relacionados ao tráfico de drogas é elevada nas favelas. A área metropolitana do Rio de Janeiro possui uma das maiores taxas de homicídio no mundo, no que diz respeito ao confronto armado entre

1. Sobre os relatos jornalísticos como “estórias”, ver TUCHMAN (1976).



a polícia e os traficantes e entre estes consigo mesmos. “As mortes atingem majoritariamente grupos desfavorecidos: jovens do sexo masculino (especialmente na faixa de 15 a 24 anos), na maioria pobres, quase sempre negros e moradores de periferias ou favelas dos grandes centros urbanos” (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 12-13).

Pesquisa² sobre as favelas e periferias brasileiras realizada, entre 2004 e 2006, pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes monitorou nove dos principais jornais da grande imprensa brasileira, distribuídos em três estados, com o intuito de analisar a tendência da cobertura jornalística sobre favelas e periferias. O objetivo do estudo, ao contrário, de se fechar sobre o entendimento de como a cobertura estava sendo realizada, abriu-se para o questionamento sobre como o jornalismo poderia buscar soluções para os dilemas que envolvem violência, criminalidade e segurança pública, a partir de um diálogo constante entre pesquisadores de mídia e jornalistas da imprensa tradicional, de diferentes partes do Brasil.

A primeira parte desse estudo do CESeC, que começou a ser desenvolvido a partir de 2004 através de uma perspectiva qualitativa, demonstrou que a grande imprensa, geralmente, explora temas relacionados ao tráfico de drogas, truculência policial, violência e criminalidade, mas que as vozes e perspectivas dos moradores de favelas, raramente, são representados. Apesar de haver um consenso entre jornalistas e especialistas em segurança pública, entrevistados ao longo da pesquisa, de que a cobertura da grande imprensa melhorou em termos de qualidade da informação jornalística nos últimos anos, esta ainda não é focada na perspectiva dos moradores de favelas. Em relação, especificamente, à cidade do Rio de Janeiro percebe-se o arrefecimento da antiga idéia de ‘cidade partida’, que divide por um lado, o ‘morro’, e por outro, o ‘asfalto’.

Insatisfeitos com o modo como a grande imprensa vinha realizando a cobertura jornalística nas favelas, líderes comunitários provenientes de vários espaços populares da cidade do Rio de Janeiro pediram apoio à ONG Viva Rio, pois queriam buscar novas linguagens e modos de ‘contar estórias’ sobre as favelas, mas pela perspectiva do seu morador. Com o advento da internet, o sonho de uma revista produzida pelo morador de periferia, para o morador e com o morador de favela virou realidade. Em 2001, foi inaugurado o por-

2. Ver RAMOS e PAIVA, 2007.

tal Viva Favela³, tendo como metas “a inclusão digital, a democratização da informação e a redução da desigualdade social”⁴. Assistidos por jornalistas profissionais, os correspondentes comunitários – repórteres e fotógrafos selecionados pelo Viva Rio – começaram a produzir o conteúdo do site.

Dentre inúmeras atividades já realizadas, cabe destacar que o Viva Favela⁵ possui um banco de imagens em torno de 50 mil fotografias, resultado do trabalho dos fotógrafos comunitários (JUCÁ e NAZARETH, 2008). Nesse sentido, de acordo com Peter Lucas, professor da New York University, o “Viva Favela não é apenas um site local ou uma revista *on-line* sobre favelas: é parte de um movimento internacional de inclusão visual para transformar a mídia dominante” (LUCAS, 2009). O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação tornou possível o que, em seus primórdios, foi o objetivo da fotografia: democratizar a experiência coletiva (SONTAG, 1977, p. 7).

Breve contextualização

O fenômeno da exclusão é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo. Mas, fazendo um recorte considerado “ocidental”, pode-se dizer que excluídos são todos aqueles que são rejeitados pelos mercados materiais ou simbólicos (SAWAIA, 1999, p. 25), resultado de uma espécie de impotência do Estado no controle das conjunturas nacionais. Os problemas sociais se acumulam, justapondo categorias sociais com renda elevada ao lado de categorias sociais excluídas do mercado e, por vezes, da sociedade. Pobreza e exclusão são faces de uma mesma moeda. Se, de um lado, cresce cada vez mais a distância entre os excluídos e os incluídos, de outro, essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder os direitos adquiridos.

O jogo de identidade e diferença remete a duas possibilidades: ou se reconhece no outro um igual, porém diferente – conferindo os mesmos atributos

3. Disponível em <http://www.vivafavela.com.br>. O Portal Viva Favela foi o primeiro site criado pelas e para as comunidades de baixo poder econômico – as favelas do Rio de Janeiro – para fazer um contraponto ao jornalismo da chamada “grande imprensa”.

4. Consultar, no portal Viva Favela, em <http://www.vivafavela.com.br/quem-somos-0>.

5. No que diz respeito à história do Viva Favela, consultar RAMALHO, 2007. A jornalista Cristiane Ramalho foi editora do portal entre 2002 e 2005.

e direitos de sujeitos –, ou não se confere ao outro o estatuto de sujeito de direitos. Para as classes dominantes, é difícil reconhecer um igual nas classes populares. Reconhece-se o diferente como desigual, marcando a desigualdade como inferioridade. Da desigualdade – reconhecida como inferioridade – e do desconhecimento em relação ao outro, passa-se ao temor, ao medo do outro (SAWAIA, 1999, p. 139).

O medo da desordem, da perda da vida e da propriedade, além do descrédito na polícia e na Justiça, podem transformar a insegurança e o temor difusos em acusações contra segmentos sociais ou grupos específicos de quem se desconfia e que não são reconhecidos como iguais. Não sendo portadores de direitos sociais, esses grupos ou comunidades se tornam ‘portadores’ de características desabonadoras, pois entre os traços indesejáveis de seu ‘caráter’ está o potencial para a violência que os transformam em inumanos.

Serge Paugam, citado por Sawaia (1999, p. 139), aponta que há um movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população, além das experiências vividas nas relações de assistência social, que ele denomina como desqualificação social. Essa desqualificação corresponde a uma das possíveis formas de relação entre a população designada como pobre e o restante da sociedade (idem, 1999, p. 69). A distância entre as classes sociais distingue as experiências de vida de moradores das periferias e bairros nobres. Há diferentes histórias de vida e, conseqüentemente, há maneiras distintas de se compreender a sociedade.

Segundo Zaluar e Alvito (2006, p. 7), compreender a emergência da favela é compreender o Brasil na transição entre os séculos XIX e XX, especialmente, no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro, onde republicanos unidos por suas teorias racistas junto com as oligarquias regionais fizeram um grande esforço para transformar o Rio de Janeiro em uma cidade européia.

Com a derrubada dos cortiços, os residentes foram obrigados a buscar outros lugares para viver. Inicia-se a subida aos morros e espaços vazios da cidade do Rio de Janeiro, onde as casas foram construídas. Com o fim da Guerra de Canudos (1893-1897), no dia 1º de outubro de 1897, os combatentes retornaram à capital. Como alternativa temporária para alocar os soldados, o governo federal autorizou a tomada do Morro da Providência pelas tropas. Nesse morro surgiu a primeira favela da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Zaluar e Alvito (2006, p. 10), três anos após o estabelecimento de moradias no Morro da Providência, este já era considerado um lugar perigoso. A favela, desde os seus primórdios, foi reconhecida como uma patologia social e um problema sanitário. Atualmente, os discursos se estendem, apontando-a como epicentro da violência urbana – resultando na instalação das Unidades de Polícia Pacificadora da PM dentro das favelas – até a regulação dos problemas ecológicos, com a política de levantar muros nos limites das favelas cariocas, de modo a impedir sua expansão para as áreas de conservação ambiental.

Desde o ano de 1900, a favela viu-se acompanhada da intervenção repressiva do Estado, através da figura da instituição policial. Mais do que o problema da repressão, podemos observar, ao longo da história das favelas do Rio de Janeiro, o que Foucault denomina de relações de poder-saber, nas quais os discursos⁶ são construídos por um dispositivo disciplinar sobre o favelado, o qual é considerado, desde seu aparecimento, como ‘criminoso’, ‘desempregado’, ‘desocupado’ e ‘incapaz de se integrar à sociedade’.

Agir por violência faz parte da modalidade do poder. Só que antes de agir por repressão, o poder “produz realidade” (FOUCAULT, 1977, p. 172); antes de ideologizar, produz “campos de objetos e rituais da verdade” (idem, ibidem). Contraopondo-se a tese de que o poder age apenas pela violência, Foucault afirma a positividade produtora do poder: demarcar realidades, ativar processos de subjetivação, individualizar os corpos, fazer agir e falar. O poder se dá como uma relação de forças que atravessa com eficácia todo o corpo social, não sendo apenas uma instância negativa que tem por função reprimir. Se o poder fosse identificado apenas com proibição e repressão, não seria possível justificar a adesão daqueles que a ele se submetem. Portanto, no enfoque foucaultiano, poder não é mais, necessariamente, aquilo que se censura e que se reprime: a proibição e o interdito, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. O poder é produtivo: mais do que atuar por repressão e violência, as relações de poder são produtivas. O poder constrói saber, imbricando continuamente poder e saber, de modo que “não há relação de poder sem constituição corre-

6. Sobre o discurso jornalístico como um dispositivo da construção social da realidade e os valores-notícias como efeito de verdade na ordem do discurso jornalístico, ver AGUIAR (2007).

lata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder” (idem, p. 30).

Passados um pouco mais de um século do estabelecimento da primeira favela carioca, esta é o símbolo da resistência favelada, não, simplesmente, em termos da manutenção de seu estilo próprio de construção de suas casas, mas de sua cultura. Para Zaluar e Alvito (2006, p. 22), a favela é o lugar da multiplicidade, que abriga contradições e confluência de vozes. Por um lado, há o tráfico de drogas, a truculência policial, a violência, a desigualdade, a criminalidade; por outro, uma relevante produção cultural brasileira, com o samba, o pagode, o carnaval, o funk, o rap, a capoeira, os poemas, os livros, os mais variados tipos de esporte, os documentários, a fotografia.

Jornalimos: modos de fazer

O conceito de “jornalismo público” ou “jornalismo cívico”, enquanto uma modalidade da prática jornalística, surgiu nos Estados Unidos, nos fins dos anos 80, para propor um novo modo de atuação profissional para o jornalista⁷. O jornalismo público é descrito como uma filosofia, um conjunto de práticas ou mesmo um movimento que nasceu com o intuito de cultivar o processo deliberativo democrático (ROMANO, 2010, p. 16).

Os nomes principais do movimento do jornalismo público norte-americano são Jay Rosen, Davis Merritt e Lisa Austin, autores da obra *Public journalism: theory and practice* (1997). Ao terem repensado as relações entre a imprensa, a democracia e a esfera pública, constatando o desencantamento dos cidadãos pela vida pública, esses três autores começaram a buscar novas maneiras de construir a notícia – isto é, modos de “contar histórias” –, a partir da produção de pautas que criassem as condições de possibilidade para o empoderamento dos cidadãos em suas vidas cotidianas, diminuindo ou cessando esse desencantamento com os assuntos públicos.

Embora muitos países tenham acompanhado o surgimento do jornalismo público/jornalismo cívico, no Brasil essa discussão trouxe junto a noção de

7. No artigo “Jornalismo cívico: reforma ou revolução”, Néelson Traquina (2003, p.9) apresenta as seguintes denominações: jornalismo comunitário (CRAIG, 1995), jornalismo de serviço público (SHEPARD, 1994), jornalismo público (ROSEN, 1994; MERRITT, 1995) e jornalismo cívico (LAMBETH e CRAIG, 1995).

empowerment/empoderamento, enquanto resultado de iniciativas deliberativas. O conceito foi absorvido por organizações comunitárias do Rio de Janeiro como, entre outras, o Observatório de Favelas, o Viva Favela e o Movimento Enraizados⁸. A importância do jornalismo público está em seu pioneirismo de ter trazido a idéia de ‘deliberação’ para a cena jornalística significando, não apenas identificar os problemas da sociedade ou da comunidade, mas também permitindo que os cidadãos nomeiem e decidam quais são as suas próprias questões. A jornalista e pesquisadora australiana Angela Romano (2010, p. 3), ao basear o seu argumento na clássica definição de *deliberation* feita, em 1922, por John Dewey (2002, p. 190), defende que o conceito de deliberação não deve ser compreendido, simplesmente, como uma conversa, um debate, ou mesmo um diálogo ou outras formas de comunicação, embora façam parte do processo deliberativo. A deliberação acontece como uma discussão constante e um levantamento contínuo de considerações que pressupõem, por fim, a tomada de decisão. A idéia de deliberação surge, intrinsecamente, relacionada com a essência do agir. O papel do jornalista, neste contexto, é o de se portar como um mediador entre a empresa de mídia e a sociedade. Para Romano (2010, p. 5), o jornalista está mais afeito às tarefas envolvidas no processo de suporte às iniciativas deliberativas, ao invés de atuar como um mobilizador comunitário para o direcionamento de uma tomada de decisão.

O jornalismo público vem sendo construído como um trabalho progressivo e constante, que envolve os jornalistas e a sociedade, através de processos que ajudem as pessoas a identificar, avaliar e buscar soluções para os seus problemas cotidianos. A proposta do jornalismo público tem como princípio formar cidadãos com capacidade criativa para produzir as suas próprias pautas e buscar diferentes caminhos para a solução de problemas práticos de suas vidas em comunidade.

Segundo Jay Rosen (1997, p. 7), o jornalismo público deve ser compreendido como um jornalismo em processo, que ainda está por se constituir. Podemos observar que o Viva Favela, desde a sua criação, vem experimentando novas linguagens, formatos e modos de ‘contar histórias’ para representar as

8. Para uma análise de como as tecnologias de informação e comunicação possibilitaram outras atitudes de ciberativismo político, nas quais os grupos de periferia se apropriam desse aparato tecnológico para a produção de novos produtos culturais, ver AGUIAR (2008). Artigo trabalha o conceito de ecologia do virtual através do uso das TICs pelo Movimento Enraizados, de Morro Agudo, município de Nova Iguaçu/RJ.

favelas e suas comunidades. O Viva Favela trabalha junto com essas comunidades, ao invés de discorrer sobre elas. Surge a voz da favela, com os seus modos de falar e representar o mundo. Mas, para compreendermos a complexidade dessas novas configurações das práticas jornalísticas, os conceitos de mídia alternativa e de mídia cidadã nos oferecem inovadoras perspectivas para tratar o tema.

Segundo Carlos Fontes (2010), desde o final dos anos 1960 aos dias atuais, a mídia alternativa foi descrita a partir das mais variadas nomeações. Para o esse autor, ampla nomenclatura é o resultado da dificuldade encontrada pelos pesquisadores em compreender os objetivos, estratégias e impacto da mídia alternativa em seu contexto sócio-político. Assim, denominações como mídia tática, vídeo guerrilha, TV pirata, mídia participante, mídia radical, mídia comunitária, vídeo processo, vídeo popular, jornalismo cidadão, entre outros, expressam a multi-perspectividade de características da mídia alternativa, dependendo do contexto no qual ela está inserida.

Fontes examinou os caminhos sobre os quais a mídia alternativa vem sendo discutida nos últimos quarenta anos pelos pesquisadores e concluiu que a discussão pode ser dividida em dois principais grupos. O primeiro que a compreende sobre uma perspectiva macrossocial, como uma substituta aos grandes grupos de mídia tradicional ou mesmo do poder comunicacional do Estado. O segundo grupo é o que estuda o impacto dessa mídia sobre certos grupos sociais. Fontes (2010) propõe, no entanto, o abandono da dicotomia acima descrita, numa tentativa de avançar a discussão para uma perspectiva mais ampla que entrelace as suas práticas. Segundo Fontes, a mídia alternativa deve ser compreendida como um conjunto de práticas que funcionam a partir de certos princípios comuns, expressando-se em diferentes níveis e dependente do contexto sócio-político no qual se insere: pequenos grupos, comunidades, esferas públicas, dimensões nacional ou internacional (FONTES, 2010, p. 382).

O *modus operandi* do projeto Viva Favela é significativo para que possamos pensar a questão da dicotomia “mídia alternativa *versus* grande imprensa”. Apesar de ter nascido de um desejo dos próprios moradores de favela, o projeto Viva Favela, localizado na cidade do Rio de Janeiro, surge – desde os seus primórdios – a partir de um diálogo entre a ONG Viva Rio e repre-

sentantes dos três jornais⁹ de maior circulação, na época, no Rio de Janeiro, que se comprometeram em dar suporte ao projeto. Ou seja, em nossa análise, isso significa que o Viva Favela nasceu de um processo dialógico entre os campos instituído e alternativo: do encontro do conhecimento profissional e institucionalizado da grande imprensa com a produção dos correspondentes comunitários e suas pautas, olhares e vozes da favela.

Para Clemencia Rodriguez (2000) e John Downing (2001, p. 15-16), respectivamente, as mídias cidadã e alternativa estão, profundamente, vinculadas à idéia de mudança social e política. Mas, para Rodriguez, nem toda mídia comunitária pode ser considerada cidadã. A pesquisadora define mídia cidadã a partir de uma perspectiva muito específica. Para ela, o papel da mídia cidadã é dar voz a quem está fadado ao silêncio. Através do acesso à mídia, o cidadão comum pode contar suas próprias experiências, com a sua própria linguagem, código, identidade e cultura. Isso significa que ele pode renomear o mundo, apropriando-se de seu próprio destino e criar diferentes versões sobre a ‘verdade’. A mídia cidadã deve ser capaz de transformar pessoas comuns em cidadãos, através do processo de consolidação da cidadania, além de criar conexões entre comunidades isoladas, despertar consciência e produzir diferentes fontes de informação. Rodriguez (2009) baseia o seu argumento na teoria de Paulo Freire, denominada conscientização e crítica pedagógica, e também no entendimento de Chantal Mouffe sobre democracia radical. De acordo com Atton e Hamilton (2008, p. 123), a partir dessa perspectiva, o papel da mídia é menos informar e influenciar pessoas e mais o de possibilitar a interação social. No que diz respeito aos termos ‘mídia cidadã’ e ‘mídia radical’, Atton e Hamilton (2008, p. 123) preferem o uso do ‘mídia alternativa/jornalismo alternativo’. Para eles, tornar-se um participante ativo no processo de produção de mídia é em si uma educação política. As práticas da mídia não-tradicional estão sempre envoltas nas práticas da vida cotidiana e, portanto, inseridas em um amplo contexto político, econômico, social e cultural. Por essas razões, eles optam pelos termos ‘mídia alternativa’ e ‘jornalismo alternativo’ para descrever essas práticas.

Atton (2008) defende que os estudos acadêmicos sobre a mídia alternativa carecem de um olhar atento sobre as suas práticas, isto é, o seu *modus*

9. Os representantes da grande imprensa presentes nesse diálogo eram João Roberto Marinho (O Globo), Walter Matos (O Dia) e Kiko Brito (Jornal do Brasil).

operandi, e também sobre as suas audiências. Para o pesquisador inglês, o estudo sobre as práticas da mídia alternativa deve compreender como se realizam os processos de produção de conteúdo. Nesse sentido, o presente artigo busca dar uma contribuição para esse campo de estudo, ao pesquisar as rotinas produtivas do projeto Viva Favela.

Ao contrário da grande imprensa que insiste em fazer a cobertura jornalística dos conflitos violentos nas favelas, acompanhar o cotidiano das pessoas comuns, dessas áreas, é um dos objetivos do Viva Favela. Essa postura pode ser compreendida como um ato político, no sentido de se produzir diferentes representações sobre a favela e suas comunidades, mas sempre a partir da perspectiva de quem vive nos subúrbios e periferias de baixa renda. Ao contrário do ‘olhar estrangeiro’, como os moradores de favela costumam se referir aos jornalistas da grande imprensa, há o olhar do morador que toma a palavra.

Podemos refletir sobre esse ‘tomar a palavra’ a partir de uma pesquisa denominada ‘*Finding a voice*’, da qual a antropóloga inglesa Jo Tacchi faz parte e que vem sendo desenvolvida no sul e sudeste da Ásia (Índia, Nepal, Sri Lanka e Indonésia). Para Tacchi (2009), o *digital storytelling* é uma prática de construção de narrativas utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação. Nessa perspectiva, as narrativas digitais possibilitam que as classes menos favorecidas tomem a palavra e narrem as suas próprias experiências. Cria-se um processo de fortalecimento da auto-estima e de empoderamento dessas comunidades, abrindo-se a possibilidade de um agenciamento criativo de mudança social. Segundo Tacchi (2009, p. 169), partindo da perspectiva de apropriação das tecnologias de informação e comunicação, o termo *voice* pode ser compreendido como uma possibilidade de agenciamento da auto-expressão e defesa da liberdade de expressão através da aquisição de conhecimentos necessários para o acesso a tecnologias e plataformas, as quais possibilitam a distribuição de uma vasta miríade de vozes.

Partindo da idéia básica de que todas as pessoas gostam de ‘estórias’, mas nem todas gostam de computador, John Hartley e Kelly McWilliam (2009, p. 3) argumentam que o *digital storytelling* é uma oficina prática, a qual, pessoas aprendem a utilizar a mídia digital para criar e contar as suas próprias ‘estórias’ no formato de audiovisuais de curta duração. A idéia do *digital storytelling* nada mais é que poder tornar acessível a qualquer pessoa a possibilidade de narrar as suas próprias experiências – auto-expressões – no formato digital. Para Hartley e McWilliam, através do uso das TICs, a pessoa comum

toma a palavra e narra múltiplas ‘estórias’ de suas experiências cotidianas com as suas próprias expressões.

No Brasil, o *digital storytelling* está presente em iniciativas como o Museu da Pessoa, a ONG Ação Educativa, em São Paulo, entre outras experiências, podendo também ser observado no trabalho do portal Viva Favela¹⁰, que oferece várias oficinas multimídia em diferentes favelas do Rio de Janeiro. Nas oficinas, os participantes aprendem como escrever, fotografar, editar e publicar o seu material na internet, utilizando os seus próprios recursos. Pessoas de diferentes idades e proveniências participam das oficinas. O Viva Favela conecta pessoas não apenas nas favelas, mas entre diferentes favelas cariocas – divididas por comandos rivais do tráfico de drogas – e também entre as periferias espalhadas pelo Brasil.

Diferentemente da oficina do *digital storytelling* que possui um formato padrão, o Viva Favela adapta o conteúdo de suas oficinas a partir da demanda das comunidades. Outro aspecto interessante de se observar é o fato de o Viva Favela trabalhar sempre em parceria com grupos pertencentes a cada comunidade. Ao contrário de implantar uma oficina e um conteúdo de fora para dentro, eles trabalham cada favela e cada oficina como um caso à parte e especial. O primeiro passo é identificar mobilizadores comunitários que já estejam, de alguma forma, envolvidos com produções culturais para reunir os jovens e os moradores da favela para a oficina. A partir desse diálogo com os mobilizadores comunitários, o Viva Favela identifica as demandas da comunidade e, então, prepara o material para a oficina. Não existe um modelo padrão de oficina multimídia. O curso depende da favela, de sua cultura e dos interesses dos seus moradores.

Em 2009, o Viva Favela ofereceu uma oficina multimídia na favela da Santa Marta, zona sul do Rio de Janeiro. Ao final de um dia inteiro de trabalho, os moradores da comunidade produziram o curta *Vida de Cão*, que ilustra muito bem a idéia do *digital storytelling*. Após a oficina de idéias – um *brainstorming* que acontece entre os participantes do evento – ficou deci-

10. Outro estudo de caso já apresentado por essa pesquisa sobre as novas configurações discursivas do jornalismo aborda as práticas de comunicação do Movimento Enraizados. Cf. AGUIAR (2008).

dido que o personagem principal da ‘estória’ seria o único cachorro de raça da favela, um *rottweiler* denominado Boris¹¹.

Para realizar o curta *Vida de Cão*, os participantes decidiram prender no corpo do Boris dois telefones celulares – para isso, fizeram uma “gambiarra” com esparadrapos ao longo do corpo do animal – e o soltaram na favela para que pudesse captar as imagens. Enquanto isso, a turma realizou uma série de entrevistas com os moradores da comunidade indagando quais seriam as dificuldades e os dilemas de se morar na favela. Em um terceiro momento, houve a edição do material. O trabalho final é o resultado das imagens captadas pelos celulares presos ao corpo do Boris com o áudio de moradores de várias favelas do Rio de Janeiro – e não somente da Santa Marta – narrando as suas próprias experiências.

Após as oficinas, o Viva Favela promove o Cine Varal: um evento no qual basta lençol de cama branco estendido no meio da favela para a projeção dos curtas produzidos pelos participantes do curso. A exibição das produções feitas nas favelas acontece, em primeiro lugar, na comunidade onde foi produzido o material; somente depois ocorrem as exposições itinerantes, que percorrem várias favelas do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, o material apenas vai estar disponível na internet após ter sido exibido na comunidade. Essa é uma, entre outras maneiras, que o Viva Favela encontrou para proporcionar aos moradores de periferias e espaços populares a possibilidade de se verem representados conforme suas vontades cidadãs.

Em março de 2010, o Viva Favela modificou o seu portal com o objetivo de se tornar mais colaborativo. Qualquer pessoa, desde que seja registrada no site, pode se tornar um correspondente da revista. O projeto ‘*Vamos fazer uma revista?*’ é um bom exemplo para ilustrar o funcionamento do portal. O Viva Favela escolhe o tema e estipula um prazo, mas a discussão de pauta acontece de modo *online*, normalmente, às segundas-feiras, às 17hs. Cada edição da revista possui um editor convidado, que discute as pautas *online* com os participantes. A revista número zero ‘Festa na Favela’ teve como, editor convidado, o jornalista Caco Barcellos, da Rede Globo de Televisão.

11. Boris foi criado solto na comunidade, pois, quando o seu dono saía para trabalhar, o deixava perambulando pelas ruas. Com isso, apesar do *pedigree*, possuía o viver de um viralatas. Como cresceu solto no morro, apesar de ser de uma raça imprevisível, tornou-se dócil e querido por todos, especialmente, pelas crianças. Boris foi escolhido pelos moradores da favela Santa Marta para ser o protagonista das suas ‘estórias’.

Ao observar o processo de trabalho – as rotinas produtivas – do portal Viva Favela, percebemos que essa mídia alternativa busca, constantemente, um diálogo com os grandes meios de comunicação. A escolha de Barcellos, repórter da Rede Globo de Televisão, é bastante significativa no sentido de apontar esse caráter dialógico entre o tradicional e o alternativo. Por outro lado, o portal Viva Favela adota o lema “tudo junto e misturado”, utilizado pelos grupos culturais situados nas favelas e periferias. Podemos entender que esse lema é emblemático de um contexto sócio-cultural no qual se dá a emergência dessa confluência de vozes e expressões que se mesclam, se distanciam e voltam a se reunir em uma série de representações que surgem “de dentro” das periferias e favelas “para fora” – na rede, conectando diferentes comunidades que se reúnem por interesses comuns, para partilharem um campo das interações sociais. No entanto, resta ainda examinar a relação dessa mídia alternativa e/ou cidadã com a imprensa instituída. Ficam, nesse sentido, algumas perguntas de pesquisa que merecem um exame mais aprofundado. Ao estudar as suas práticas de trabalho, em quais aspectos o Viva Favela reproduz o *modus operandi* da grande imprensa? Por outro lado, as produções do portal estão recebendo visibilidade? Quem é o seu leitor? As representações de ‘dentro’ da favela estão contribuindo para diminuir a idéia, muito presente na cidade do Rio de Janeiro, de ‘cidade partida’? Pesquisas que examinem o impacto dessas produções de representações sobre a favela e suas comunidades ou mesmo o impacto dessas atividades na vida dos moradores de periferias e favelas ainda aguardam estudos futuros.

Claro que existe uma disputa teórica e política sobre o fazer jornalístico e seus efeitos sociais. A partir de autores como Traquina (2004; 2005), Sousa (2002), Genro (1987), Alsina (2009), Sodré (2009) e Schudson (2010) e das teorias construcionistas, estruturalistas e interacionistas é possível compreender o jornalismo em seus múltiplos papéis na sociedade contemporânea: uma forma de conhecimento; um dispositivo simbólico de construção da realidade social; uma dimensão da cultura, engendrando mapas de significado e uma gramática cultural; lugar de fala dos definidores primários e de negociação entre fontes de informação e jornalistas. Para nós, entretanto, uma interessante definição – por conter uma potência crítica que possibilita a realização de inúmeras e diversas pesquisas acadêmicas – é a que entende o jornalismo como um lugar de produção de conhecimentos singulares sobre a dinâmica imediata da realidade social e um campo de mediação discursiva dos interesses,

conflitos e opiniões que disputam o acesso à esfera pública nas sociedades democráticas.

Seguindo a investigação histórica proposta por Traquina (2005), Dib, Aguiar e Barreto (2010) afirmaram ser possível entender a história do jornalismo na democracia moderna a partir de duas polarizações: na vertente econômica, a imprensa se tornou, com a instituição da informação enquanto mercadoria no século XIX, em um negócio empresarial; e, simultaneamente, na perspectiva política, a profissionalização dos jornalistas – resultado da comercialização da imprensa –, implicou na disputa pela definição das notícias em função de valores éticos e normas deontológicas, ressaltando o papel político da informação jornalística para o processo democrático nas sociedades ocidentais. Segundo Traquina, não só a expansão comercial dos jornais possibilitou a criação da carreira jornalística, como esse novo paradigma – fornecer informação – permitiu a emergência de valores que continuam sendo identificados com o jornalismo: “a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço público” (TRAQUINA, 2005, p. 34).

Essa perspectiva histórica nos permite compreender que a noção de jornalismo, práticas jornalísticas, campo profissional do jornalista e mídia alternativa possui vínculos estreitos com o processo histórico de construção das sociedades democráticas. Além disso, simultaneamente, o processo de fabricação da informação jornalística configura-se como um espaço público de lutas micropolíticas no qual diversas forças sociais, políticas e econômicas disputam, pela construção discursiva, a produção de sentido sobre a realidade social. Cada período histórico é capaz, evidentemente, de definir jornalismo. Na atualidade, com as tecnologias de informação e comunicação permitindo que qualquer cidadão proclame que “faz jornalismo”, não é possível uma resposta simplista. Mais do que tentar responder, portanto, a uma indagação formulada em termos do pensamento metafísico-platônico – “o que é jornalismo”¹² –, autores como Kovach e Rosenstiel (2004) propõe uma questão – “para que serve o jornalismo?”¹³ – que adquire uma dimensão ético-política

12. A pergunta “o que é ...” apresenta-se como formulação típica do pensamento metafísico-platônico, pois busca uma essência. “O que é jornalismo” interroga pela essência imutável do jornalismo, não o questionando enquanto uma construção histórica, conforme discutimos.

13. A pergunta formulada por como Kovach e Rosenstiel (2004) – “para que serve o jornalismo?” – nos remete a uma perspectiva que leva ao método genealógico de Michel Foucault, pois em nosso entendimento também visa compreender um regime de diferença no passado em

que nos possibilita ultrapassar determinados impasses do campo jornalístico. “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 31).

Considerações finais

Weinberger (2009) afirma que hoje vivemos na era das *conexões*, onde *ser* conectado constitui-se o próprio princípio da democracia e da economia nas sociedades atuais. Schaun e Aguiar (2009) apontam que, nesse cenário, os modos de utilização das tecnologias de informação e comunicação pelas organizações comunitárias podem se aproximar do conceito de mídia locativa, no sentido de formar um conjunto de tecnologias e processos info-comunicacionais cujo conteúdo informacional que se vincula a um território.

As mídias locativas são dispositivos informacionais digitais cujo conteúdo da informação está diretamente ligado a um território. Para Lemos (2007), são processos de emissão e recepção de informação a partir de um determinado local. Isso implica uma relação entre lugares e dispositivos digitais até então inédita. Podemos dizer que a linguagem digital expressa formas de pensar, ou máquinas de pensar: umas abstratas e as outras de guerra. As primeiras são sobre-codificadas pelo aparelho de Estado, constituem os saberes estratificados, sedentários e demarcam Espaços Estriados. As segundas não se deixam sobre-codificar, constituem os saberes nômades, e percorrem Espaços Lisos, novas territorialidades que visam um Devir-outro (SCHAUN e AGUIAR, 2009).

As tecnologias de informação e comunicação possibilitam inovadoras atitudes de ciberativismo político, tal como parecem demonstrar as práticas comunicacionais produzidas pelos integrantes do portal Viva Favela. Em suas táticas de apropriação desse aparato tecnológico para a produção de informação jornalística, realizada por um processo de agenciamento coletivo de enunciação, destacamos determinadas estratégias comunicacionais de um grupo-sujeito não disposto ao assujeitamento cultural, como minoridade política que possibilita a invenção de linhas de fuga, escapando dos constrangimentos do poder.

relação àquilo que se apresenta no presente. Essa é a proposta metodológica da investigação genealógica proposta por Foucault (1996).

Esse artigo apontou, em uma formulação inicial, a importância de se compreender os processos de produção de bens simbólicos realizados nos movimentos sociais e, simultaneamente, pensar a atuação política e cultural desses movimentos. A transnacionalização dos mercados simbólicos não só desconstruiu os antagonismos modernos – por exemplo: centro *versus* periferia; asfalto *versus* favela – como possibilitou hibridizar o global e o local. O cibertivismo político dos grupos ativistas, que se apropriam das novas tecnologias de informação para construir comunidades virtuais no ciberespaço da rede mundial de computadores e produzir objetos culturais, assinala a emergência de inovadoras potências na cultura digital e no jornalismo colaborativo.

O artigo também ressaltou a questão de que a cidadania se constitui não apenas em relação aos movimentos sociais organizados, mas também quanto aos processos comunicacionais. A possibilidade de se reinventar territórios existenciais comuns para as experiências comunitárias urbanas deve reunir o enraizamento dos grupos locais com a participação solidária na produção da informação e no desenvolvimento cultural proporcionado pela comunicação midiática.

Os novos movimentos sociais – especialmente aqueles voltados para as práticas discursivas do campo da comunicação e da produção cultural – sempre apostaram na multiplicidade e na pluralidade. Enquanto atuarem como processos de singularização, de autonomia ou de micropolítica em suas diferentes formas de resistência molecular, poderão manter, em permanente questionamento, o projeto hegemônico de controle social.

Referências

AGUIAR, Leonel. Apropriação das tecnologias de informação e estratégias da ecologia do virtual. *Rastros – Revista do Núcleo de Estudos em Comunicação*, Joinville, v. 9, n. 10, p. 93-101, out. 2008.

_____. Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007. Santos. *Anais...* São Paulo: INTERCOM, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0832-2.pdf>. Consultado em 10 de novembro de 2010.

- ALSINA, Miguel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis : Vozes, 2009.
- ATTON, Chris; HAMILTON, James F. *Alternative journalism*. London: Sage, 2008.
- ATTON, Chris. Alternative media theory and journalism practice. In: BOLER, Megan (ed.). *Digital media and democracy: tactics in hard times*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. 213-227.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2006. p. 1-22.
- DEWEY, John. *Human nature and conduct: an introduction to Social Psychology* [1922]. Mineola, NY: Dover Publications, 2002.
- DIB, Sandra Korman; AGUIAR, Leonel Azevedo de; BARRETO, Ivana. Economia políticas das cartografias profissionais: a formação específica em jornalismo. *Eptic On Line*, Aracaju, v. 12, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2010. Disponível em <http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/vol.XII,n2,2010/SandraDib-LeonelAguiar-IvanaBarreto.pdf>. Consultado em 10 de novembro de 2010.
- DOWNING, John. *Radical media*. Rebellious communication and social movements. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.
- FONTES, Carlos. The global turn of the alternative media movement. In: HOWLEY, Kevin (ed.). *Understanding community media*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2010. p. 381-390.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GENRO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HARTLEY, John.; McWILLIAM, Kelly (ed.). *Story circle: digital storytelling around the world*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009.
- JUCÁ, Mayra; NAZARETH, Otávio (orgs.). *Viva favela*. São Paulo; Rio de Janeiro: Olhares; Viva Rio, 2008.

- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LEMONS, André. Mídias locativas e territórios informacionais. São Paulo: PUC/SP, 2007. Disponível em http://www.andrelemons.info/artigos/midia_locativa.pdf. Acesso em 05 de abril de 2009.
- LUCAS, Peter. Viva Favela: fotojornalismo, inclusão visual e direitos humanos. *Portal Viva Favela/Espaço Aberto*, 2009. Disponível em http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=15&infoid=46078&from_info_index=6. Acesso em 10 de novembro de 2010.
- RAMALHO, Cristiane. *Notícias da favela*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.
- RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- RODRIGUEZ, Clemencia. Civil society and citizens' media: peace architects for the new millennium. In: WILKINS, Karin Gwinn (ed.). *Re-developing communication for social change: theory, practice, and power*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2000. p. 147-160.
- ROMANO, Angela. *International journalism and democracy: civic engagement models from around the world*. New York: Routledge, 2010.
- ROSEN, Jay; MERRITT, Davis; AUSTIN, Lisa. *Public journalism: theory and practice. Lessons from experience*. Dayton, OH: The Kettering Foundation, 1997.
- SAWAIA, Bader Burihan. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHAUN, Angela; AGUIAR, Leonel. Generación Y e nomadismo ciberespacial: reflexões sobre formas de pensar na era digital. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE FACULTADES DE COMUNICACIÓN SOCIAL, 13., 2009, Havana/Cuba. *Anais...* Lima/Peru: FELAFACS, 2009. Disponível em http://www.dialogosfelafacs.net/descargas/APP1_Brasil-Schaun,Aguiar.pdf. Consultado em 10 de novembro de 2010.

- SCHUDSON, Michel. *Descobrendo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SONTAG, Susan. *On photography*. New York: Dell Publishing, 1977.
- SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Minerva, 2002.
- TACCHI, Jo. Finding a voice: participatory development in Southeast Asia. In: HARTLEY, John; McWILLIAM, Kelly (ed.). *Story circle: digital storytelling around the world*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009. p. 167-175.
- TRAQUINA, Néelson. Jornalismo cívico: reforma ou revolução. In: ____; MESQUITA, Mário. *Jornalismo cívico*. Lisboa: Horizonte, 2003. p. 9-17.
- TRAQUINA, Néelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.
- ____. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. Telling stories. *Journal of Communication*, Oxford, v. 26, n. 4, p. 93-97, 1976.
- UN-HABITAT. Mitigating the impacts of disasters: policy directions. In: _____. *Enhancing Urban Safety and Security: Global Report on Human Settlements 2007*. London: Earthscan, 2008.
- VEGA, Jair; RODRIGUEZ, Clemencia. Citizens’ media as political subjects: the case of community radio in Colombia. In: THUSSU, Daya Kishan (ed.). *Internationalizing media studies*. New York: Routledge, 2009. p. 228-245.
- WEINBERGER, David. *Why open spectrum matters. The end of the broadcast nation*. 2003. Disponível em http://www.greaterdemocracy.org/framing_openspectrum.html. Acesso em 5 de abril de 2009.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.